do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

13 de Fevereiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Amélia Carolina Teixeira*. — A Oficial de Justiça, *Maria da Glória Guedes*.

Aviso de contumácia n.º 4836/2006 — AP. — A Dr.ª Amélia Carolina Teixeira, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 2859/94.0TBVNG (ex. processo n.º 3213), pendente neste Tribunal contra o arguido Fernando Manuel de Oliveira Costa, filho de Afonso Gomes da Costa e de Palmira da Silva Oliveira, natural de Pedroso, Vila Nova de Gaia, de nacionalidade portuguesa, nascido em 11 de Janeiro de 1951, casado, titular do bilhete de identidade n.º 2795478, com domicílio na Praceta da Covinha, 98, 1.º, direito, traseiras, Pedroso, 4415 Carvalhos, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 20 de Agosto de 1993, por despacho de 9 de Fevereiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por extinção do procedimento criminal instaurado contra o arguido, face à descriminalização da Lei dos cheques, (Lei n.º 48/05, de 29 de Agosto).

14 de Fevereiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Amélia Carolina Teixeira*. — A Oficial de Justiça, *Paula Maria V. S. Monteiro*.

Aviso de contumácia n.º 4837/2006 — AP. — A Dr.ª Amélia Carolina Teixeira, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 234/98.6SLLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Rui José Ribeiro Rodrigues Lucas, filho de José Rodrigues Lucas e de Maria da Conceição Ribeiro, nascido em 28 de Março de 1955, casado, titular do bilhete de identidade n.º 4075344, com domicílio no Bairro Quinta da Roda, Rua A, lote 9, 2.º, direito, Alcobaça, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro (dois crimes), praticado em 28 de Outubro de 1997, por despacho de 7 de Fevereiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por descriminalização.

15 de Fevereiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Amélia Carolina Teixeira*. — A Oficial de Justiça, *Maria da Glória Guedes*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso de contumácia n.º 4838/2006 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Figueiredo, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1746/97.4PAVNG, pendente neste Tribunal contra o arguido José Manuel da Rocha Morais, filho de Justina da Rocha Morais, natural de Castelões de Cepeda, Paredes, de nacionalidade portuguesa, nascido em 30 de Abril de 1969, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11882490, com domicílio na Avenida da Conchiñas, 30, 1.º, A Coruna, Espanha, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 17 de Julho de 1997, por despacho de 6 de Fevereiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

10 de Fevereiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Figueiredo*. — A Oficial de Justiça, *Elisa Maria Raposo Vara*.

Aviso de contumácia n.º 4839/2006 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Figueiredo, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribu-

nal da Comarca de Vila Nova de Gaia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 289/03.3TALMG, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Alberto Lajoso Mondego, filho de Jaime Mondego e de Maria Isabel Lajoso Mondego, natural de Covilhã, Santa Maria, Covilhã, de nacionalidade portuguesa, nascido em 31 de Dezembro de 1958, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 4307833, com domicílio na Rua da Pedra Escusa, 125, Canidelo, 4400 Vila Nova de Gaia, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de cartão de garantia ou de crédito, previsto e punido pelo artigo 225.º, n.º 1, e n.º 5, alínea a), do Código Penal, praticado em 12 de Dezembro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Fevereiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

10 de Fevereiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Figueiredo*. — A Oficial de Justiça, *Elisa Maria Raposo Vara*.

Aviso de contumácia n.º 4840/2006 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Figueiredo, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 3384/90.3TBVNG, pendente neste Tribunal contra o arguido António José Pereira de Paiva, filho de Américo de Sousa Paiva e de Mariana Pereira, natural de Campanhã, Porto, de nacionalidade portuguesa, nascido em 7 de Dezembro de 1960, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11431557, com domicílio no Bairro de São Roque da Lameira, bloco 14, entrada 155, casa 14, 4000 Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança, previsto e punido pelo disposto no artigo 300.º, n.º 1, do Código Penal, por despacho de 13 de Fevereiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por desistência de queixa, e, em consequência declarado extinto o procedimento criminal.

16 de Fevereiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Figueiredo*. — A Oficial de Justiça, *Isabel Machado*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso de contumácia n.º 4841/2006 — AP. — A Dr.ª Amélia Carolina Teixeira, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1736/95.1TBVNG, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel de Oliveira Fróis, filho de António Gomes Fróis e de Maria de Lurdes Augusta de Oliveira, natural de Coja, Arganil, de nacionalidade portuguesa, nascido em 25 de Dezembro de 1956, casado, titular do bilhete de identidade n.º 4351142, com domicílio no Centro de Acolhimento Nocturno da Glória, Rua da Mãe de Água, 35, rés-do-chão, 1250-154 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 6 de Junho de 1994, por despacho de 10 de Fevereiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

10 de Fevereiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Amélia Carolina Teixeira*. — A Oficial de Justiça, *Maria Augusta*.

Aviso de contumácia n.º 4842/2006 — AP. — A Dr.ª Amélia Carolina Teixeira, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 28/99.1GEVNG, pendente neste Tribunal contra o arguido Domingos Gonçalves Moreira, filho de António dos Santos Moreira e de Maria Rosa da Silva Gonçal-